



# O uso de narrativas literárias na prática de avaliação psicológica infantil

**Raquel Donegá de Oliveira**

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, Rio das Ostras, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-4686-5179>

**Nayara Mesquita Ribeiro**

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, Rio das Ostras, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-6851-4911>

**Laura Ximenes Macedo**

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, Rio das Ostras, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7208-9249>

**Juliana Alves Garcia da Roza**

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, Rio das Ostras, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-3890-4243>

**Larissa Heckert da Silva**

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, Rio das Ostras, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-9236-3033>

**Mara Sizino da Victoria**

Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, Rio das Ostras, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7382-2529>

## Introdução

A avaliação psicológica (AP) é entendida como um processo de investigação das características psicológicas de um indivíduo ou grupo de pessoas, a partir de demandas, contextos e objetivos específicos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018). Nesse sentido, a solicitação desse trabalho pode ser feita pela própria pessoa que deseja ser avaliada ou por um terceiro, como no caso de um encaminhamento vindo de um médico, juiz, psicoterapeuta, especialista de recursos humanos, entre outros (BAPTISTA; HAUCK FILHO; BORGES, 2017). Este segundo cenário é ainda mais comum quando se trata de uma Avaliação Psicológica Infantil (API), que geralmente começa com o pedido de um professor, profissional da saúde ou cuidador, por ter observado alguma dificuldade no desenvolvimento ou comportamento da criança, que foge daquilo que é esperado (GIACOMONI; BANDEIRA, 2016; SILVA; NAVES; LINS, 2018).

À vista disso, para investigar os processos psíquicos do avaliando, sendo ele um adulto ou uma criança, e responder a dúvida que motivou a procura desse serviço, o psicólogo deve se apoiar em técnicas e instrumentos científicos de coleta de informações (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2022). Sobre esses recursos, o Conselho Federal de Psicologia (2018) os separa em duas categorias. Primeiro, têm-se as fontes fundamentais, constituídas por: testes psicológicos que tenham parecer favorável para uso pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) e/ou entrevistas e/ou observação feita pelo profissional durante os atendimentos. Além disso, existem as fontes complementares: ferramentas não psicológicas – mas que possuem respaldo científico e que respeitam o Código de Ética e a legislação da Psicologia – e documentos técnicos produzidos por outros profissionais, como prontuários, relatórios, protocolos etc.

Direcionando o foco para a API, segundo Roza et al. (2022), existem diversos artifícios específicos da clínica infantil, principalmente no tocante às fontes complementares de informação. Quanto a estas, destacam-se as estratégias lúdicas, que se encaixam como ferramentas não psicológicas na avaliação de crianças. O presente artigo tem como objetivo dar visibilidade ao uso de narrativas literárias na prática de API, proporcionando conhecimentos acerca da composição e funções, e das potenciais contribuições à clínica. Estas dizem respeito à leitura de livros e à produção e contação de narrativas, seja pela criança, pelo adulto ou de forma compartilhada, permitindo a investigação de características psicológicas do avaliando.

Além de promover interesse e engajamento da criança e propiciar *rapport* entre ela e o psicólogo, as histórias também funcionam como um projetor, que amplia e reflete nas narrativas o modo como a criança entende o mundo e se coloca nele (ROZA et al., 2022). Nesse sentido, Brito et al. (2020) salientam que o brincar revela processos internos, íntimos, tais como desejos, emoções e problemas, possibilitando ao psicólogo acessar e compreender a realidade da criança. Outrossim, Silva, Naves e Lins (2018) destacam que atividades lúdicas também viabilizam a análise do grau de desenvolvimento da criança, em diversas esferas, como cognitiva, motora, emocional e acadêmica, a depender do recurso escolhido e do objetivo da AP. Compete salientar que a identificação precoce de alterações no desenvolvimento infantil é de suma importância, dado que, além de geralmente causarem sofrimento à criança caso não recebam o tratamento devido, podem desencadear prejuízos funcionais ao longo da vida (PACHECO; CAUDURO, 2021).

Cabe ainda reforçar que, como o próprio termo “complementar” indica, a utilização da literatura como fonte de informação deve ser apenas um instrumento na elaboração de uma API. É imprescindível recorrer às fontes fundamentais elencadas pelo Conselho Federal de Psicologia e, se possível, outras técnicas complementares. Ademais, outro passo crucial é a integração e contextualização dos dados colhidos por meio de todas as técnicas empregadas durante o processo, posto que nenhum resultado deve ser analisado de forma isolada (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2022). Quanto mais ampla for a investigação feita pelo psicólogo, mais rico será o entendimento do psiquismo da criança, facilitando, por consequência, a tomada de decisão ao final do processo.

## Os benefícios da literatura infantil

Para além de um mero instrumento de entretenimento, a literatura possui um grande potencial a ser explorado na clínica psicológica, levando em consideração a variedade de benefícios relatada através do arcabouço teórico e prático. De acordo com Parente e Belmino (2017), que analisaram a importância da contação de histórias na prática gestáltica orientada para a infância, as narrativas conectam a realidade objetiva com o mundo simbólico, o que resulta em uma influência mútua. Ou seja, os conteúdos trabalhados nas histórias impactam a criança em suas vivências e conflitos reais, sem que haja confusão entre os dois elos. Por isso, ajudam a criança a explorar e entender o mundo em que se inserem.

A investigação psicanalítica acerca dos contos de fadas efetuada por Bettelheim (2021) corrobora os achados expostos anteriormente, uma vez que, para o autor, tais histórias infantis falam em uma linguagem adequada ao público a que se destinam. Elas não tentam impor um racionalismo adulto, mas oferecem imagens e símbolos capazes de se articular com todas as camadas do psiquismo, seguindo os moldes de pensamento anímico, que diz respeito à personificação de objetos, e dicotômico, atrelado à inaptidão da criança para integrar conteúdos contraditórios. Não obstante, cabe frisar que as crianças não confundem o surrealismo dos contos de fadas com a realidade externa e compreendem que tais narrativas se articulam à realidade psíquica delas, visto que podem estar às voltas com os difíceis problemas edípicos, dos quais, segundo Nasio (2007, p. 131), “nenhuma criança escapa”.

Através do recurso simbólico, as crianças são capazes de experimentar sentimentos e situações difíceis de se lidar no contexto real, como raiva, dor, tristeza, separação, morte e outros temas aversivos (PARENTE; BELMINO, 2017). Assim, um dos maiores benefícios da literatura no manejo infantil é contribuir para a expressão emocional e conflitiva do sujeito, por meio da utilização de sua linguagem natural: brincadeira e imaginação. Isso é especialmente importante, já que, a depender da idade da criança, as habilidades relacionadas à linguagem verbal ainda não estão totalmente desenvolvidas, de modo que ao fornecer um recurso alternativo de expressão, a comunicação é favorecida. Além disso, a criança, ao se engajar na atividade literária, desenvolve sua autonomia e criatividade, bem como fortalece a sensação de pertencimento, ao reconhecer nas histórias problemas e conflitos próximos aos quais ela vive (PARENTE; BELMINO, 2017).

Por si só, o fato de ter um adulto lhe contando histórias aumenta o sentimento de aceitação, por fazê-la perceber que as sensações provocadas pela narrativa são compartilhadas e aprovadas por outras pessoas. Assim, a culpa, inclusive, pode ser minimizada, pois subentende-se que certos desejos e emoções, popularmente tidos como inaceitáveis (como os sádicos), são comuns a todas as pessoas e que há maneiras saudáveis de elaborá-los (BETTELHEIM, 2021). Portanto, é de grande valor transmitir às crianças variados contos infantis, de maneira que elas

ampliem o repertório simbólico e afetivo necessário para lidar com as complicadas questões existenciais. Não à toa, Bettelheim (2021) considera que a fantasia e a imaginação são os modos de a criança elaborar seus principais problemas.

Brockington et al. (2021), ao analisarem os efeitos da contação de histórias por um narrador para crianças internadas em unidades de terapia intensiva, constataram o aumento do nível de oxitocina e a diminuição das taxas de cortisol na saliva das crianças participantes. Em conjunto a isso, as crianças relataram menos dor e suas falas sobre o tempo de internação foram marcadas por expressões mais positivas. Dessa forma, os autores propõem a hipótese de transporte narrativo e simulação mental:

As histórias convidam os leitores ou ouvintes a mergulhar na ação retratada e, assim, se perder durante a narrativa. Durante este processo, o mundo de origem torna-se parcialmente inacessível ao ouvinte [...]. Além disso, as teorias cognitivas sugerem que as histórias facilitam e permitem simulações mentais, facilitando assim os modelos mentais que as pessoas usam para simular realidades sociais (BROCKINGTON et al., 2021, p. 1, tradução nossa).

Com esses recursos, a criança tem a possibilidade de reestruturar suas vivências, enxergar outras possibilidades e perspectivas e desenvolver a capacidade de processamento e regulação das emoções. Em ambientes aversivos, como a UTI, a criança é transportada, por meio da contação de histórias, para um mundo mais agradável e seguro. Assim, as respostas fisiológicas e psicológicas se tornam temporariamente mais positivas. É importante mencionar que achados neurológicos confirmam a hipótese de transporte narrativo: simulações sonoras ativam o córtex auditivo, e descrições de movimento ativam o córtex pré-motor esquerdo e o córtex sensorio-motor secundário esquerdo, por exemplo (BROCKINGTON et al., 2021).

Além disso, Medeiros e Flores (2017) argumentam que a leitura compartilhada na infância auxilia no desenvolvimento da linguagem, evolução do vocabulário e construção de narrativas. Cabe ressaltar que esta modalidade compreende a leitura em voz alta de uma obra literária feita por um adulto para uma criança ou um grupo de crianças, podendo ser conduzida com comentários ou perguntas sobre o conteúdo. Os autores afirmam, ainda, que ler para uma criança amplia sua motivação e interesse pelo mundo literário. Soma-se aos benefícios da leitura compartilhada a indicação de Bettelheim (2021) de que um narrador atento será capaz de adequar a história às modulações afetivas da criança, oferecendo uma contação cada vez mais apropriada ao que a interessa. As crianças são sagazes para identificar as histórias que mais lhes auxiliam no momento e dão dicas disso ao adulto, pedindo-lhe para repetir uma delas em específico, por exemplo. Segundo Bettelheim (2021), os contos de fadas, gênero literário estudado pelo autor, não só fornecem os meios para a construção de ideias personalizadas acerca das narrativas, isto é, integradas a vivências pessoais, como dão a esperança necessária e indispensável de que a criança enfrentará as adversidades, por mais difíceis que pareçam.

No contexto da Terapia Comportamental Infantil, Monteiro e Amaral (2019) consideram as histórias infantis, a utilização de livros, as histórias em quadrinhos, o teatro e os fantoches como tipos de estratégias lúdicas, ao lado de jogos, músicas, pinturas e outros instrumentos. Esses recursos facilitam a construção da aliança terapêutica, podem ser usados para avaliar o desenvolvimento infantil e intervir nos comportamentos do paciente. Para as autores em questão, a escolha de determinado instrumento lúdico, em meio a tantas opções, deve ser feita levando em consideração as informações obtidas pelo profissional sobre o paciente, através da avaliação e investigação do caso. Nesse sentido, a definição deve ser pautada na necessidade terapêutica da criança, bem como nos eventuais sintomas ou queixas que ela apresenta (CALDIN, 2001).

É interessante notar a função terapêutica da literatura, chamada de biblioterapia. Sinteticamente, tal modalidade se define como: “A prescrição de materiais de leitura que auxiliem a desenvolver maturidade e nutram e mantenham a saúde mental. Inclui na biblioterapia; romances, poesias, peças, filosofia, ética, religião, arte, história e livros científicos” (BRYAN, 1939 apud CALDIN, 2001, p. 33).

No manejo com crianças, Caldin (2001) afirma que a biblioterapia:

[...] apresentou como objetivos básicos da função terapêutica da leitura, o proporcionar uma forma de as crianças comunicarem-se, de perderem a timidez, de exporem seus problemas emocionais e quiçá físicos. Entendeu a biblioterapia como catarse, que vale-se da identificação (pela projeção e pela introjeção), da introspecção e do humor. Verificou, na recepção do texto literário para a infância, a validade de tal texto oferecer moderação das emoções às crianças (CALDIN, 2001, p. 36).

A literatura infantil pode ser inserida em vários momentos do processo clínico: desde a avaliação psicológica, passando pela intervenção, até o encerramento. Entretanto, Monteiro e Amaral (2019), em um contexto da terapia comportamental, relataram menor frequência desse tipo de recurso na etapa de avaliação, por priorizarem entrevistas com o paciente e com os pais, além de estratégias não lúdicas.

## A literatura e a prática psicológica

As narrativas podem ser utilizadas na clínica em forma de contação de história, marcadas pela oralidade, ou pela leitura direta do livro, que se apoia na materialidade deste recurso. As histórias das quais tratamos aqui estão inseridas dentro do que se chama de literatura infantil. Para tanto, convém compreender a natureza da literatura, partindo da descrição de Candido (2012) para quem a literatura é formada tanto por uma estrutura textual quanto por sua função social.

De acordo com Candido (2012), do ponto de vista estrutural, a literatura configura-se como um objeto concreto a ser analisado de acordo com sua composição e função artística. Do ponto de vista social, o autor destaca que a literatura comporta uma série de noções e processos subjetivos, como a função psicológica, na qual a literatura é capaz de atender às demandas internas do sujeito em relação à fantasia e à ficção. Segundo ele, a literatura está presente abundantemente na sociedade, mesmo em situações cotidianas, de tal modo que a maioria das crianças entra em contato com textos literários muito antes do período de alfabetização e letramento.

Outra função social importante destacada por Candido (2012) diz respeito ao caráter explicativo das narrativas, que acontece ao se partir da realidade (eventos naturais) para a produção de uma narrativa ficcional. Por exemplo, uma mitologia pode explicar a origem da criação do mundo a partir de elementos naturais, como o ovo, as montanhas, as estrelas etc., mesmo sem se orientar por aspectos científicos. O autor ainda destaca que esse aspecto revela uma ampliação da perspectiva dos sujeitos, inserindo-os em universos que avançam sobre a realidade, integrando e transformando elementos internamente ao texto. Como se vê, as obras literárias tanto servem para contar histórias quanto para explicar o mundo, seja científica ou mitologicamente.

Neste contexto, recorremos a Gregorin Filho (2009), que descreve a literatura infantil como um tipo textual que, embora se diferencie da literatura convencional em relação à caracterização dos elementos narrativos, como variação nas características de personagens, tempo e espaço, pouco se distingue em relação aos temas e aos valores humanos que constituem o enredo. Em relação à estrutura textual, no entanto, o autor demonstra que a linguagem não verbal colabora significativamente para a composição das narrativas infantis. Ele destaca que, geralmente, há uma unidade entre os elementos verbais e não verbais que auxilia na interpretação global do texto, mas que as narrativas podem ter apenas pontos de encontro. O texto escrito pode contar uma história, enquanto a ilustração remete a outros elementos além do que está dito. Deste modo, a literatura infantil figura como uma forma de manifestar conteúdos tidos como adultos com uma representação mais adequada ao público infantil.

Considerando tanto os aspectos concretos quanto os abstratos das narrativas, convém avaliar uma obra para além do reconhecimento pelo mercado literário, escolhendo-a principalmente a partir dos objetivos da API. Para Gregorin Filho (2009), tais obras não apenas ensinam conteúdos explícitos, mas colaboram na preparação do sujeito para lidar com o mundo a partir de sua função lúdica, catártica, libertadora, cognitiva e pragmática, apresentando-se, portanto, como um recurso pelo qual se pode avaliar a cognição, assim como avançar para a elaboração e ressignificação de aspectos subjetivos. Destaca-se, no entanto, que nem toda obra infantil alcança esse patamar, pois, para isso, é preciso que ela proponha diálogo reflexivo com os temas e não apenas uma apresentação deles.

Para Bettelheim (2021), é importante que a criança seja exposta a conteúdos considerados adultos, tais como a morte, os conflitos e os diversos afetos e modos de se relacionar. Isso posto, se ela recebe uma variedade de pistas sutis dos problemas que vai enfrentar e sugestões indiretas, mas simples, de como fazê-lo, torna-se mais capaz de acessar as ferramentas de resolução de conflito no momento em que desejar, da forma como preferir. Assim, o processo ultrapassa a decodificação de frases e a decoreba de fórmulas inúteis a seus dilemas.

As contribuições do *Collectivus de Leitura* (2018) coincidem com estas sugestões, indicando que é preciso ainda analisar a elaboração da linguagem, rejeitando obras simplórias demais e sem figuras de linguagem; analisar se as ilustrações são complementares, reflexivas ou meramente espelho do texto e, ainda, se são deslocadas do contexto, como um sol com uma face sorrindo, sem nenhuma conexão com o texto, por exemplo; se a obra explora as capacidades investigativas, a sensibilidade, a criatividade e a imaginação infantil; se há indícios de preconceito ou discriminação e como eles são problematizados. Estes pontos são importantes, uma vez que na API serão investigados aspectos cognitivos, socioemocionais e de personalidade que podem emergir a partir da leitura.

Como se vê, ao tratar da narração e da leitura de histórias, é preciso considerar aspectos relativos ao uso das narrativas e do livro como suporte para a API. Nesse tipo de atividade, podem-se avaliar aspectos objetivos e subjetivos. As histórias proporcionam ao psicólogo uma gama de vantagens para o processo avaliativo, como o favorecimento do vínculo terapêutico, a análise do desenvolvimento infantil e a emersão de questões subjetivas que escapam à linguagem (MONTEIRO; AMARAL, 2019).

## Narrativas orais

Para avaliar os aspectos objetivos do desenvolvimento da criança por meio de narrativas, deve-se considerar que a leitura decorre da habilidade de reconhecer primeiro as palavras para depois compreender textos. As palavras podem ser reconhecidas a partir do modelo fonológico, no qual a criança passa a ser capaz de perceber a relação entre letra e som, ou pelo modelo lexical, no qual se lê a palavra por inteiro, e não suas partes. Ainda é possível uma terceira via, na qual o processamento da decodificação e interpretação da linguagem exige que o sujeito seja capaz de compreender padrões representativos nos níveis ortográfico, semântico e fonológico (SALLES; CORSO, 2016). Nesse sentido, depreende-se que a criança precisa ter conhecimentos sobre a linguagem oral para que seja capaz de conectá-la ao que conhecemos como linguagem escrita.

Em relação à observação dos aspectos subjetivos da narrativa, Friedberg e McClure (2007) destacam o importante papel dos elementos utilizados na resolução dos conflitos e daqueles que os impedem de ser solucionados. Segundo eles, “a informação da história pode refletir a percepção de pressões internas e externas das crianças sobre a resolução do problema” (p. 120). Assim, orientam que o psicólogo esteja atento aos personagens, especialmente àqueles que representam figuras parentais e/ou significativas na história; isso porque eles podem representar motivações da criança. Bettelheim (2021) aconselha que não se explicitem à última as interpretações de seu envolvimento com a história, sob o risco de invadir a privacidade do ouvinte e privá-lo tanto do encantamento quanto da possibilidade de desvendar a história por conta própria. Ainda assim, é interessante que o psicólogo, ao contar uma história, tenha compreensão das intenções da narrativa, o que o possibilitará a se apropriar melhor da narração.

Combinando aspectos objetivos e subjetivos, Friedberg e McClure (2007) apresentam o procedimento de Gardner (1972 apud FRIEDBERG; MCCLURE, 2007) que possibilitará a avaliação da fluência verbal, dos aspectos criativos e de demandas subjetivas. Esta forma de avaliação consiste na interlocução entre a contação de uma história realizada pela criança e uma história contada posteriormente pelo psicólogo como forma de enfrentamento dos conflitos apresentados. Neste modelo, a história da criança será a responsável por trazer à tona seu conflito psíquico; portanto, deve ser inédita, criada de modo singular e sem repetir histórias já conhecidas. Sua estrutura narrativa deve ter começo, meio e fim e apresentar uma moral. Em seguida, após reconhecer a demanda infantil, o psicólogo deve narrar outra história, que não precisa ser nem inédita nem autoral, mas que dialogue com o conflito infantil, intencionando uma forma de resolução. Neste ponto, ressalta-se a importância da formação leitora do psicólogo para a escolha desta técnica, uma vez que ele precisa apresentar ativamente uma narrativa, podendo ser, por exemplo, uma fábula, um conto, uma piada etc. As crianças, no entanto, podem ter dificuldades com o fluxo narrativo nesta abordagem. Por isso, Gardner (1972 apud FRIEDBERG; MCCLURE, 2007) orienta narrativas intercaladas do psicólogo e da criança. Nesse sentido, o adulto pode começar a narrativa, estimulando a criança a continuá-la e intervindo apenas quando ela “perde o fio” para trazê-la de volta ao enredo.

É possível, ainda, aderir a instrumentos projetivos de API, como o Teste de Apercepção Infantil (CAT-A), que é capaz de estimular a criação de narrativas orais (BELLAK; ABRAMS, 2010). Nesse método, a orientação se resume em propor à criança um jogo de histórias a partir de dez figuras ao todo. As figuras, impressas em um cartão, são compostas por imagens de animais e mostradas uma por vez. Destaca-se que este teste psicológico tem por objetivo revelar a estrutura da personalidade da criança de cinco a dez anos e sua maneira de lidar com as questões do crescimento. É importante, durante a aplicação e avaliação, não focar somente nas ações dos personagens, mas avançar sobre seus pensamentos e emoções. Sendo um instrumento padronizado, que permite investigar diferenças individuais diante de questões comuns

da infância, a interpretação é baseada em categorias conceituais: autoimagem, concepção do ambiente, relações objetais, necessidades, conflitos, mecanismos de defesa, ansiedades, superego e integração do ego.

A proposição de Regra (1997) destaca que a fantasia é importante para identificar aspectos comportamentais manifestos e encobertos e, ainda, no reconhecimento dos atributos conceituais – crenças, regras e conflitos que regem o comportamento do sujeito. Para tanto, ela instrui a criança a personificar objetos do cotidiano – como lápis, borracha, panela, mesa e bola – que representarão a si mesma, seus pais/responsáveis, irmãos etc. É importante que tais objetos sejam postos em conjunto, como lápis/borracha/papel/caneta, bola/gol/grama/pé etc. A partir disso, o psicólogo orientará a criança a produzir uma narrativa com os personagens criados, possibilitando a identificação da demanda e, posteriormente, a resolução do conflito.

A autora demonstra como as fantasias são capazes de representar emoções antagônicas, fazendo emergir questões encobertas que ocultam o cerne da demanda apresentada e/ou variáveis ambientais que sustentam a manutenção ou emergência de uma emoção disfuncional. Para Regra (1997), ao utilizar a fantasia durante o processo avaliativo, possibilita-se que a criança expresse comportamentos que ainda não é capaz de verbalizar diretamente, aos quais o psicólogo deve estar atento durante a API.

## Narrativas escritas

O atendimento a crianças no *setting* terapêutico pode utilizar o livro como suporte para a API. No entanto, é preciso partir da premissa de que a leitura e a escrita não são processos naturais – ao contrário das narrativas orais –, pois dependem de estímulos específicos para serem adquiridas, decorrendo da ressignificação dos processos de linguagem prévios. Ler é, portanto, um processo complexo que exige várias habilidades, como a decodificação de símbolos fonéticos, o reconhecimento de padrões, o processamento de palavras e a interpretação semântica (COSENZA; GUERRA, 2011), mas, principalmente, envolve processos cognitivos relativos à percepção, à memória, à inferência, à dedução e ao processamento estratégico de informações presentes no texto. Desse modo, é possível avaliar aspectos cognitivos, comportamentais e emocionais durante o processo de leitura e escrita (FERREIRA; DIAS, 2002), fatores que interessam à API.

Nesse sentido, ao se adotar um livro no qual se pretende avaliar elementos relativos ao texto verbal, deve-se, a princípio, observar a prontidão à leitura, como postura, direção de leitura, uso de dedo para acompanhar as palavras e capacidade de folhear o livro. Dando início ao processo, deve-se verificar a habilidade de ligar letras a sons e de atribuir significado ao texto lido, mesmo que se leia uma palavra de cada vez e, ainda, se o avaliando é capaz de inferir significados de metáforas e frases mais complexas (SALLES; CORSO, 2016). Pode-se avaliar também a concentração, observando se a criança é capaz, por exemplo, de finalizar a leitura ou se ela dispersa para outros pontos de atenção. Posteriormente, consideram-se os aspectos subjetivos que perpassam a leitura infantil, como a maior atenção às imagens ou ao texto, interesse no tema, leitura da capa e inferências sobre o livro.

Ao mesmo tempo, segundo Pascoal e Ribeiro (2016), não se deve partir diretamente para a história. Antes, é preciso investigar o material físico que compõe e sustenta a narrativa: a capa, o material do livro – há obras com texturas, cheiros e formatos que podem ser explorados pela criança – e estabelecer como será feita a leitura: o adulto lê para a criança? A criança lê para o adulto? Haverá encenação dos personagens com vozes características? Serão utilizados fantoches ou outros recursos? As autoras recomendam leitura compartilhada entre adulto e criança,



caso esta já seja alfabetizada, e orientam a encenação dos personagens pelo adulto com voz enfática, proporcionando um contexto lúdico. Outro tópico importante é que a história não precisa ser lida ininterruptamente: ela pode ser interrompida por diálogos sobre as emoções que aparecem. Indicam, ainda, que se podem sinalizar para a criança inferências decorrentes da história, mas este é um ponto controverso, já que autores como Bettelheim (2021) acreditam que a criança identifica seus interesses espontaneamente, assim como dá pistas ao adulto a respeito do ritmo de exploração da história.

Sinattolli (2008) elucida os limites entre psicodiagnóstico e intervenção clínica, demonstrando a importância de uma diversidade de recursos investigativos que focam tanto na coleta e manejo de dados como na manutenção do vínculo psicoterapêutico. Assim, a autora propõe utilizar a produção de narrativas na entrevista devolutiva do psicodiagnóstico. Ela parte da premissa de que a AP “conecta inúmeros conhecimentos e técnicas de abordagens e disciplinas diversas” (p. 16). Nesse sentido, além do uso de testes psicológicos, é preciso pensar em outras maneiras de coletar e integrar dados, fazendo-o de modo que a criança seja capaz de compreender este processo e engajar-se nele.

De acordo com Antunes, Martins e Kunz (2021), é preciso que se compreenda que a literatura desempenha papel significativo na constituição do sujeito, estimulando a imaginação, o desenvolvimento de habilidades e o conhecimento de si e do mundo. Outro ponto igualmente relevante diz respeito à linguagem, que contribui para a constituição da sociabilidade, aprendizagem e da subjetividade. Para os autores, a linguagem é fundamental para a criança, uma vez que é por meio dela que se adquire o sentimento de pertencimento social. Assim, literatura e linguagem estão entrelaçadas, atuando na inserção da criança no mundo e avançando sobre a subjetividade e identidade dela. Dessa forma, destaca-se que a leitura pode ser individual ou oferecida pelo outro, mas, quando acompanhada, sempre será compartilhada (ANTUNES; MARTINS; KUNZ, 2021).

Nessa perspectiva, as contribuições de Pereira, Gabriel e Justice (2019) sobre a leitura compartilhada com crianças destacam que ela se constitui na relação estabelecida entre criança, livro e adulto. Trata-se, portanto, de um processo de interação ativa entre os sujeitos que sustentam atenção e interesse nos desdobramentos do livro. Assim, a leitura compartilhada é construída de diversas maneiras, sendo fluida, flexível, atraente e propulsora de aprendizagem. Por permitir expressar, elaborar e ressignificar vivências e demandas afetivas e cognitivas, a literatura atua como uma importante aliada na API. A partir disso, ainda que o adulto leia para a criança, deve-se considerar que se trata de leitura compartilhada, uma vez que, mesmo que a criança não seja capaz de decodificar a língua escrita, ela fará a leitura de imagens, conectará as ilustrações com o texto ouvido e poderá inferir elementos dessa interação. Ao mesmo tempo, o adulto permanece ativo durante a leitura infantil, motivando e mediando com questões e apontamentos.

O adulto tem um papel significativo na leitura compartilhada, uma vez que seu desenvolvimento cognitivo lhe permite formular perguntas que direcionam o olhar infantil para aspectos ocultos na obra. A pesquisa de Pereira, Gabriel e Justice (2019) buscou investigar as questões postas durante a exploração do livro, a frequência com que apareciam e sua importância na vida escolar da criança. Para isso, procuraram descobrir as perguntas mais frequentes, prevalecendo o uso de questões simples sobre “o que”, “onde” e “quem”, em detrimento de formas mais complexas, que se iniciam com “como” e “por que”.

Concomitantemente, Pascoal e Ribeiro (2016) esclarecem que, ao evidenciar um ato narrativo e depois questioná-lo com as supracitadas questões complexas, relacionando o texto à vida da criança, colabora-se para que ela perceba similaridades entre seu comportamento e o dos personagens. As autoras consideram o processo de pós-leitura importante para a expressão de

sentimentos e emoções, de tal modo que se deve retomar a situação-problema, promovendo percepção de alternativas para solucioná-la e, por fim, finaliza-se a abordagem com uma reelaboração da narrativa na qual se inserem elementos e situações do contexto.

A partir disso, é possível observar que a formulação de questões complexas e sofisticadas durante a leitura compartilhada aumenta a participação e o interesse da criança na história, possibilitando a estimulação da linguagem, da cognição e da imaginação. Pereira, Gabriel e Justice (2019) ainda ressaltam que as questões simples não devem ser descartadas, uma vez que auxiliam na aprendizagem, por exemplo, do léxico e de questões que requerem processos cognitivos mais elementares. Dessa forma, é importante compreender que os dois tipos de pergunta – simples e complexas – são essenciais para estimular e beneficiar a construção de um sujeito crítico, analítico e reflexivo.

Segundo Pascoal e Ribeiro (2016), a partir de uma perspectiva analítico-comportamental, a escolha pelo uso de livros na prática terapêutica decorre da possibilidade de aprendizagem e avaliação por meio da ação dos personagens, decorrendo em uma generalização desta para o comportamento da criança. Destarte, é importante estabelecer objetivos terapêuticos, a partir dos quais se escolherá um livro e se estudará seu conteúdo previamente. Ao escolher contos de fadas e histórias tradicionais, por exemplo, o psicólogo deve questionar a criança sobre seu conhecimento acerca da história e, caso seja conhecida, pode-se solicitar um breve relato sobre a narrativa e, só em seguida, convidar a criança para a leitura do livro. Embora os autores trabalhem com uma perspectiva terapêutica, suas proposições podem colaborar para a elaboração de uma API.

## A relação do uso de narrativas com as hipóteses diagnósticas na API

Em qualquer uma das abordagens psicológicas, quando a literatura e as narrativas são usadas como recurso avaliativo, é importante que seja feito o planejamento adequado, que se respeitem as diretrizes éticas, analisem-se os aspectos de desenvolvimento característicos da criança e suas possíveis demandas; e, ainda, devem-se avaliar os contextos e preparar o *setting*, compreendendo que o uso deste recurso será apenas uma parte do processo avaliativo e que ele se insere como fonte complementar de informação (ROZA et al., 2022). À vista disso, conhecer os principais transtornos e limitações que acometem o público-alvo é de extrema relevância. Isso porque, com base nos comportamentos de leitura e interação durante a avaliação, é possível levantar hipóteses diagnósticas, escolhendo outros recursos de API para colaborar no fechamento do processo.

Destacamos que na AP as questões orgânicas devem ser consideradas, investigando, inclusive, as possibilidades de prejuízos auditivos, dificuldades oftalmológicas e do aparelho fonador, fazendo-se necessário que a avaliação seja realizada de modo interdisciplinar (PRATES; MARTINS, 2011). É preciso, pois, não confundir esses quadros com fatores comportamentais – como a dificuldade de leitura ou gagueira de desenvolvimento –, já que a observação desses dados pode contribuir no diagnóstico. A partir dessa análise inicial, podem se investigar, por exemplo, características alusivas ao Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), observando fatores relativos à atenção, como perda de detalhes importantes; dificuldade de manter a atenção concentrada durante a leitura textual e a interpretação das imagens; dispersão a ponto de não escutar as perguntas que lhe são dirigidas; dificuldade ou impossibilidade de terminar a narrativa; e excesso de movimento corporal. Além disso, devem-se apurar critérios correspondentes à hiperatividade, como bater pernas e mover os braços sem intenção; não conseguir ficar sentado;

incapacidade de se envolver com a leitura, mesmo quando gosta do tema; tentativa de pular páginas do livro; excesso de interrupção por meio de falas de modo a comprometer o fluxo narrativo (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Nos quadros em que há suspeita de Transtorno do Espectro Autista (TEA), é preciso considerar que são fatores prioritários a percepção de “1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades” (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 809), importando avaliar os níveis de comprometimento e a necessidade de apoio. Por conseguinte, podem-se investigar critérios como falta de interação verbal e não verbal; necessidade de uso de recursos concretos, inclusive a falta de interesse em determinados recursos ou hiperfoco em outros; e dificuldade de compreender metáforas ou produzir narrativas. É preciso, ainda, investigar outras condições associadas, sendo indicado descartar a hipótese de Distúrbio Específico de Linguagem (DEL), que se caracteriza pela dificuldade para manter a pertinência do tema, sustentar a coerência textual e completar as ações apresentadas (BEFI-LOPES; BENTO; PERISSINOTO, 2008), mas que também interfere na comunicação verbal e pode ocasionar dificuldades sociais secundárias (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Por fim, deve-se considerar a multiplicidade de contribuições do uso do livro e das narrativas como aliadas do processo de API, não se limitando a diagnósticos fechados nem a déficits e limitações deles decorrentes. É necessário, portanto, avaliar também as potencialidades na construção e manutenção do vínculo e na formulação de estratégias diagnósticas e terapêuticas.

## Considerações finais

O leitor razoavelmente atento terá percebido a multiplicidade teórica das referências utilizadas neste artigo. Isso se deve a dois importantes motivos: primeiro, porque o objeto deste material teórico é ainda incipiente, e a reunião de fontes capazes de embasar tal trabalho demanda, frequentemente, uma atitude exploratória e diversificada das autoras; segundo, porque é um dos principais objetivos do presente texto evidenciar a riqueza que a literatura é capaz de oferecer à API, o que se faz demonstrando o posicionamento unânime de tão variado agrupamento de autores.

Por mais que as linhas teóricas sejam diferentes, todas elas se empenham em enfatizar os múltiplos benefícios que a literatura infantil está apta a proporcionar. Entre eles, destaca-se a expressão de emoções intensas, e frequentemente contraditórias, através de uma linguagem acessível à criança, que perpassa a fantasia, a imaginação e o brincar. Além disso, a sutileza dos respectivos livros não fere o tempo da criança para assimilar novas informações. Pelo contrário, respeita-o. E o respeita de tal forma que, por sua própria natureza, leva a criança a encontrar um ritmo único de leitura. Ritmo este que pode ser compartilhado com os adultos, o que é de suma importância, pois é na leitura compartilhada que a criança descobrirá que seus sentimentos são semelhantes aos de outros sujeitos, propulsionando habilidades de socialização e sensação de pertencimento.

Contudo, compete frisar mais uma vez que, por se tratar de uma fonte complementar, os achados advindos por meio da literatura não bastam para concluir uma API. Afinal, é parte dos princípios fundamentais da AP que se integrem diferentes fontes, a fim de preservar e defender a singularidade do sujeito avaliado, conforme examinado por Roza et al. (2022). Em si, a literatura não possui finalidades diagnósticas e nem terapêuticas, apesar de alguns autores utilizarem-na com esses fins, de tal modo que o uso adequado permitirá que dela se extraiam valiosas

informações. Com narrativas verbais, há um enfoque para habilidades intersubjetivas e comunicacionais, ao lado de um significativo empuxo à autonomia da criança. Com narrativas escritas, por sua vez, é possível investigar analisadores concernentes à alfabetização e ao letramento, além de se debruçar mais atentamente sobre uma série de faculdades cognitivas.

As limitações deste artigo obrigaram as autoras a selecionar métodos de leitura na API e transtornos passíveis de serem nela investigados, visto que uma exposição exaustiva escaparia aos objetivos visados e geraria um prolongamento desnecessário. Entretanto, vale convocar os interessados a produzirem mais pesquisas relativas ao uso da literatura na API, para que as notáveis lacunas teóricas sejam então amenizadas. Assim, recomendam-se produções que abordem maneiras de trabalhar as emoções no referido processo, e estudos que se especializem em estratégias de interpretação de livros junto à criança.

Seria uma grande falta com o leitor se não fossem apresentados os livros infantis que inspiraram e motivaram esta pesquisa. Logo, em honra à excelente qualidade deles, e como subsídio aos entusiastas do tema aqui desenvolvido, eis alguns autores e seus livros indicados para a avaliação de conteúdo socioemocional: Anna Llenas (*O monstro das cores*; e *Vazio*), Stephen Michael King (*O homem que amava caixas*; *Ana, Guto e o gato dançarino*; e *Pedro e Tina*), Emicida (*Amoras*; e *E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas*), Shel Silverstein (*A parte que falta*; e *A parte que falta encontra o Grande O*), Chico Buarque (*Chapeuzinho Amarelo*), Blandina Franco e José Carlos Lollo (*Ernesto*; e *A raiva*); Francesca Sana (*Eu e meu medo*), Eva Furnari (*Cocô de passarinho*; e *Nós*). Essas, no entanto, são outras histórias... A de hoje já chegou ao fim.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANTUNES, J. M.; MARTINS, R. L.; KUNZ, M. A. Eu conto, tu contas, ele conta: a leitura compartilhada para a promoção do protagonismo infantil. **Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 33, p. 342-351, 2021. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3978>>. Acesso em: 13 mai. 2022.

BAPTISTA, M. N.; HAUCK FILHO, N.; BORGES, L. Avaliação em psicologia clínica. In: LINS, M. R. C.; BORSA, J. C. (Org.). **Avaliação psicológica: aspectos teóricos e práticos**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 383-396.

BEFI-LOPES, D. M.; BENTO, A. C. P.; PERISSINOTO, J. Narração de histórias por crianças com distúrbio específico de linguagem. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, v. 20, n. 2, p. 93-98, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-56872008000200004>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

BELLAK, L.; ABRAMS, D. **Teste de Apercepção Infantil (CAT-A)**: livro de instruções. São Paulo: Vetor, 2010.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

BRITO, R. A. C. et al. A Psicoterapia infantil no setting clínico: uma revisão sistemática de literatura. **Contextos Clínicos**, v. 13, n. 2, p. 696-721, 2020. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2020.132.15/60748148>>. Acesso em: 4 abr. 2021.

BROCKINGTON, G. et al. Storytelling increases oxytocin and positive emotions and decreases cortisol and pain in hospitalized children. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 118, n. 22, p. 1-7, 2021. Disponível em: <<https://www.pnas.org/doi/pdf/10.1073/pnas.2018409118>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CALDIN, C. F. A leitura como função terapêutica: biblioterapia. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 6, n. 12, p. 32-44, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2001v6n12p32>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. **Remate de Males: Revista do Departamento de Teoria Literária**, São Paulo, n. esp., p. 81-89, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992/3701>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

COLLECTIVUS DE LEITURA. Como selecionar bons livros de literatura infantil? In: FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Mar adentro... uma viagem à mediação de leitura**. 2018. p. 48-51.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 9/2018**. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI e revoga as Resoluções nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e 02/2017. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-9-2018-estabelece-diretrizes-para-a-realizacao-de-avaliacao-psicologica-no-exercicio-profissional-da-psicologa-e-do-psicologo-regulamenta-o-sistema-de-avaliacao-de-testes-psicologicos-satepsi-e-revoga-as-resolucoes-no-002-2003-no-006-2004-e-no-005-2012-e-notas-tecnicas-no-01-2017-e-02-2017?origin=instituicao&q=9/2018>>. Acesso em: 4 abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Cartilha Avaliação Psicológica** – 2022. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/cartilha\\_avaliacao\\_psicologica1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/cartilha_avaliacao_psicologica1.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2022.

COSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. Da argila ao cristal líquido. In: COSENZA, R. M.; GUERRA, L. B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 99-107.

FERREIRA, S. P. A.; DIAS, M. G. B. B. Compreensão de leitura: estratégias de tomar notas e da imagem mental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 51-62, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100007>>. Acesso em: 4 abr. 2022.

FRIEDBERG, R. D.; MCCLURE, J. M. **A prática clínica de terapia cognitiva com crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIACOMONI, C. H.; BANDEIRA, C. M. Entrevista com pais e demais fontes de informação. In: HUTZ, C. S. et al. (Org.). **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 370-378.

GREGORIN FILHO, J. N. **Literatura infantil: múltiplas linguagens na formação de leitores**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2009.

MEDEIROS, F. H.; FLORES, E. P. Compreensão de contos após leitura dialógica com perguntas baseadas em dimensões temáticas da narrativa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 5, p. 1-10, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/19386>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MONTEIRO, M. F.; AMARAL, M. Terapia Comportamental Infantil: um panorama sobre o uso de estratégias lúdicas. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 10, n. 2, 2019. p. 243-255. Disponível em: <<https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/626/317>>. Acesso em: 4 abr. 2022.

NASIO, J. D. **Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PACHECO, J. T. B.; CAUDURO, G. N. Transtornos mentais comuns no desenvolvimento de crianças e adolescentes. In: MANSUR-ALVES, M. et al. (Org.). **Avaliação Psicológica na infância e adolescência**. Petrópolis: Vozes, 2021. p. 36-54

PARENTE, A. F. V.; BELMINO, T. L. P. A importância da contação de histórias na clínica gestáltica infantil. **Cadernos de Cultura e Ciência**, v. 16, n. 1, p. 84-99, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/cadernos/article/viewFile/1467/1127>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PASCOAL, E. B.; RIBEIRO, M. R. **Era uma vez: um guia para a utilização de livros em psicoterapia infantil**. Brasília: Instituto Walden4, 2016.

PRATES, L. P. C. S.; MARTINS, V. O. Distúrbios da fala e da linguagem na infância. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 21, n. 4, p. 54-60, 2011. Disponível em: <<http://rmmg.org/artigo/detalhes/808>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

PEREIRA, A. E.; GABRIEL, R.; JUSTICE, L. M. O. Papel da formulação de questões durante a leitura compartilhada de livros na educação infantil. **Ilha do Desterro**, v. 72, n. 3, p. 201-221, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-8026.2019v72n3p201>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

REGRA, J. A. G. Fantasia: instrumento de diagnóstico e tratamento. In: DELITTI, M. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: a prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental**. São Paulo: Arbytes, 1997. p. 107-114.

ROZA, J. A. G. et al. Avaliação Psicológica Infantil (API). **Revista AMAzônica**, v. 15, n. 2, p. 343-382, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/10265/7547>>. Acesso em: 4 abr. 2022.

SALLES, J. F.; CORSO, H. V. Preditores neuropsicológicos da leitura In: SALLES, J. F.; HAASE, V. G.; MALLOY-DINIZ, L. F. (Org.). **Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 173-183.

SILVA, T. C.; NAVES, A. R. C. X.; LINS, M. R. C. Estratégias lúdicas na avaliação psicológica infantil. In: LINS, M.; MUNIZ, M.; CARDOSO, L. (Org.). **Avaliação psicológica infantil**. São Paulo: Hogrefe, 2018. p. 179-202.

SINATTOLLI, S. **Era uma vez... na entrevista devolutiva**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

**Resumo** O presente artigo estuda maneiras de integrar a literatura infantil na avaliação psicológica, dada a prerrogativa, prevista em resolução (09/2018), de o psicólogo se utilizar de fontes complementares no referido processo. Mediante as obras consultadas em diferentes perspectivas teóricas, reuniram-se achados interessantes que sugerem a multiplicidade de benefícios proporcionados pelas narrativas orais e escritas à API, cada qual com suas especificidades destacadas. O material aqui exposto é capaz de contribuir em todas as fases da avaliação, desde o estabelecimento do rapport até as etapas conclusivas. No decorrer do processo, o uso da literatura ajuda a identificar o grau de desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais com maior acurácia, visto que ela trabalha diretamente com tais variáveis, ao mesmo passo em que amplia o repertório simbólico da criança, fornecendo-lhe novas formas de expressão. Neste texto, encontram-se instruções práticas ao psicólogo que deseje se aprimorar no trabalho com crianças a partir da ferramenta proposta, tão valiosa ao crescimento intra e interpessoal.

**Palavras-chave:** avaliação psicológica, psicologia infantil, literatura infantil, leitura, psicodiagnóstico.

### **El uso de narrativas literarias en la práctica de la evaluación psicológica infantil**

**Resumen** El presente artículo estudia las formas de integrar la literatura infantil en la evaluación psicológica, dada la prerrogativa, proporcionada por la resolución (09/2018), para que el psicólogo utilice fuentes complementarias en ese proceso. A través de los trabajos consultados en diferentes perspectivas teóricas, se recogieron interesantes hallazgos que sugieren la multiplicidad de beneficios que aportan las narraciones orales y escritas a la EPI, cada una con sus especificidades destacadas. El material aquí expuesto es capaz de contribuir a todas las fases de la evaluación, desde el establecimiento del rapport hasta las etapas conclusivas. Durante el proceso, el uso de la literatura ayudará a identificar el grado de desarrollo de las habilidades cognitivas y socioemocionales con mayor precisión, ya que trabaja directamente con dichas variables, a la vez que amplía el repertorio simbólico del niño, proporcionándole nuevas formas de expresión. En este texto se encontrarán instrucciones prácticas para los psicólogos que deseen mejorar su trabajo con los niños utilizando la herramienta propuesta, tan valiosa para el crecimiento intra e interpersonal.

**Palabras clave:** evaluación psicológica, psicología infantil, literatura infantil, lectura, psicodiagnóstico.

### **The use of literary narratives in child psychological assessment practice**

**Abstract** The present article studies ways to integrate children's literature in psychological assessment, given the prerogative, provided by resolution (09/2018), for the psychologist to use complementary sources in that process. Through the consulted works in different theoretical perspectives, interesting findings were gathered that suggest the multiplicity of benefits provided by oral and written narratives to the CPA, each with its highlighted specificities. The material presented here is capable of contributing to all phases of the evaluation, from the establishment of the rapport to the concluding stages. During the process, the use of literature will help identify the degree of development of cognitive and socioemotional skills more accurately, since it works directly with these variables, while expanding the child's symbolic repertoire, providing new ways of expression. In this text, there will be found practical instructions for psychologists who wish to improve their work with children using this tool, so valuable to intra and interpersonal growth.

**Keywords:** psychological assessment, child psychology, infantile literature, reading, psychodiagnosis.



DATA DE RECEBIMENTO: 08/07/2022

DATA DE APROVAÇÃO: 08/11/2022



**Raquel Donegá de Oliveira**

Pedagoga, licenciada em Letras, discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Integra o grupo de pesquisa “A literatura como recurso no processo de avaliação psicológica infantil”. Interessa-se também por competências socioemocionais.

E-mail: [rdonega@id.uff.br](mailto:rdonega@id.uff.br)



**Nayara Mesquita Ribeiro**

Discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Integra o grupo de pesquisa “A literatura como recurso no processo de avaliação psicológica infantil”. Além da área de avaliação psicológica, pesquisa sobre o tema da infância e medicalização.

E-mail: [nayaramesquita@id.uff.br](mailto:nayaramesquita@id.uff.br)



**Laura Ximenes Macedo**

Discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Integrou o grupo de pesquisa “A literatura como recurso no processo de avaliação psicológica infantil”. Possui interesse na relação da clínica psicanalítica com as urgências do contemporâneo.

E-mail: [lauraxm@id.uff.br](mailto:lauraxm@id.uff.br)



**Juliana Alves Garcia da Roza**

Psicóloga formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Integra o grupo de pesquisa “A literatura como recurso no processo de avaliação psicológica infantil”. Possui interesse nas áreas de avaliação psicológica, psicometria e neuropsicologia.

E-mail: [ajulianaroza@gmail.com](mailto:ajulianaroza@gmail.com)



**Larissa Heckert da Silva**

Discente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Integra o grupo de pesquisa “A literatura como recurso no processo de avaliação psicológica infantil”. Interessa-se por avaliação psicológica, terapia cognitivo-comportamental e transtornos alimentares.

E-mail: [larissaheckert@id.uff.br](mailto:larissaheckert@id.uff.br)



**Mara Sizino da Victoria**

Docente de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Psicóloga e doutora em Saúde Mental pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB/UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil. Coordenadora do grupo de pesquisa “A literatura como recurso no processo de avaliação psicológica infantil”.

E-mail: [marasizino@yahoo.com.br](mailto:marasizino@yahoo.com.br)